

● JUSTIÇA

Tribunal confirma Associação de Promoção sujeita à lei de acesso a documentos

TRIBUNAL DE RECURSO REJEITOU RECURSO DA SECRETARIA DO TURISMO

ÉLVIO PASSOS
epassos@dnnoticias.pt

O Tribunal Central Administrativo Sul (TCAS) confirmou que a Associação de Promoção da Madeira (APM), apesar de ser uma entidade de direito privado, está sujeita à Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA). O acórdão, de 17 de Setembro, negou provimento ao recurso apresentado pela Secretaria Regional de Turismo, Ambiente e Cultura e manteve a decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal.

O processo teve origem num pedido apresentado por Elvijo Sousa para acesso à documentação relativa ao 'Toast to America', realizado em Nova Iorque, em Setembro de 2025. Entre os elementos solicitados estavam o caderno de encargos, anúncio e programa do procedimento, aquisição de serviços, 'briefing', contrato e comprovativos das despesas.

Como o DIÁRIO noticiou em Junho, a Secretaria recusou facultar a documentação, alegando não a possuir. O Tribunal do Funchal concluiu que não podia obrigá-la a entregar documentos que não estava demonstrado estarem na sua posse, mas determinou que encaminhasse o pedido para a APM, que a própria Secretaria identificou como responsável pela promoção e execução do evento.

A Secretaria recorreu, defendendo, entre outros argumentos, que a Associação é uma entidade



Associação de Promoção é uma entidade de direito privado. FOTO HELDER SANTOS / ASPRESS

privada e contestando a obrigação de reencaminhar o requerimento. O TCAS rejeitou os argumentos e considerou que, sabendo a Secretaria qual era a entidade potencialmente detentora dos documentos, tinha o dever legal de lhe remeter o pedido.

O acórdão confirma ainda um aspecto com alcance para além deste pedido. O Tribunal considera que a forma jurídica privada da APM não a exclui da LADA. Para isso, atende ao facto de ter sido criada para satisfazer uma necessidade de interesse geral, a promoção turística da Ma-

deira, e de ser maioritariamente financiada pela Região. O financiamento regional representou 84% do total em 2020 e 92,4% em 2021, segundo dados do Tribunal de Contas considerados no processo. O TCAS aponta também para o controlo regional sobre a gestão da Associação.

Elvijo Sousa considera que a decisão "vem realçar o papel do JPP no reforço da transparência democrática", que entende ser importante para a consolidação do partido "enquanto projecto de governo e de alternativa".

Para o secretário-geral do JPP, o

Tribunal confirmou também que "uma entidade ser constituída sob a forma de associação de direito privado não a coloca automaticamente fora das regras de transparência".

O secretário-geral do JPP deixa ainda uma leitura política da decisão, considerando que o acórdão transmite "uma mensagem clara ao executivo do PSD, suportado pelo CDS, de que o dinheiro público não pode ter as portas fechadas". E sintetiza: "Onde entra dinheiro público, tem de existir escrutínio público".

O dirigente anuncia que o assunto

não ficará por aqui. "A próxima acção seguirá em saber detalhadamente onde foram gastos os mais de meio milhão de euros do contributo, numa prova de vinhos que durou cinco horas", afirma.

O acórdão não determina a entrega imediata da documentação solicitada, mas confirma a obrigação da Secretaria de reencaminhar o pedido para a APM e estabelece que esta está abrangida pelo regime de acesso à informação administrativa. O TCAS decidiu contra o parecer do Ministério Público, que se tinha pronunciado

Semana do Desporto mobiliza 3.300 pessoas

Mais de 60 actividades deverão mobilizar cerca de 3.300 participantes na Semana Europeia do Desporto, que decorre na Madeira entre 23 e 30 de Setembro. O programa inclui iniciativas gratuitas e acesso, mediante disponibilidade e reserva, a mais de 40 instalações geridas pela Direcção Regional de Desporto.

Carreiras gerais em greve a 2 de Outubro

O Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas convocou uma greve das carreiras gerais da Administração Pública para 2 de Outubro. Entre as reivindicações estão uma majoração de 70 euros nos níveis remuneratórios até ao nível 23, de 32 euros nos seguintes e a subida do subsídio de refeição para 10,50 euros.



IPMA estuda sismicidade da Madeira

O IPMA apresentou na 25.ª Conferência Nacional de Física um estudo dedicado à sismicidade do arquipélago da Madeira e da região envolvente. O trabalho teve por base a análise de sismos com magnitude local superior a 4, procurando aprofundar o conhecimento sobre os mecanismos associados à actividade sísmica nesta zona do Atlântico.

Revolta do Leite prepara centenário

A preparação do centenário da Revolta do Leite vai arrancar já este ano e prolongar-se até 2036, com uma década de iniciativas, investigação e parcerias institucionais. O programa, lançado por ocasião dos 90 anos dos acontecimentos de 1936, assenta em cinco eixos, entre os quais as revoltas camponesas, a repressão política e o papel do padre César Teixeira da Fonte.